

Escola de Negros

Mônica Luise Santos *

Maria das Graças de Loiola Madeira **

Este texto examina de forma preliminar o contexto de fundação e conseqüente desdobramento da Escola Central, criada em Maceió pela Sociedade Libertadora Alagoana¹, em 1887, para abrigar crianças negras do sexo masculino beneficiadas pela Lei do Ventre Livre, promulgada em setembro de 1871. Este estudo integra o projeto de pesquisa “Roteiro catalográfico de fontes da educação alagoana no século XIX”, desenvolvido desde maio de 2004, pelo Centro de Educação e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL².

A criação da Escola Central compunha parte de um projeto local ambicioso para a época: fundar escolas e colônias agrícolas por toda a província, voltada para crianças negras masculinas, para as quais a escola de Maceió funcionaria como lugar de ordenação, daí se explicar a nomeação de “Escola Central” pelos seus criadores. Assim escreve a respeito Francisco de Paula Leite e Oiticica, membro da Sociedade Libertadora Alagoana³: “o próprio nome do estabelecimento mostra que ele obedecia ao plano de fundação de outras escolas nos diferentes municípios da província, hoje Estado, tendo como centro de operações a casa da Capital⁴”. O projeto dessa instituição pretendia atender a dois propósitos: fazer cumprir o que determinava a Lei do Ventre Livre e tornar-se veículo de propaganda abolicionista alagoana. Sobre o primeiro propósito, a Lei do Ventre Livre definia, entre outras obrigações, a de cuidar da educação das crianças libertas. Os proprietários de escravos e o Estado teriam que se dividir na tarefa de educá-los, embora a dubiedade da Lei isentasse os senhores de escravos de tal obrigação, permitindo-lhes o usufruto do trabalho do menor até os 21 anos⁵. Em relação ao segundo propósito, a criação da escola se efetivara pela ação da Sociedade Libertadora Alagoana, especialmente através da iniciativa do abolicionista Francisco Domingues da Silva⁶, que ocupara o cargo de diretor da Escola entre 1888 e 1893, quando ela fora extinta.

O perfil institucional da Escola Central

A experiência desenvolvida na instituição em estudo foi modelada com base numa rede de instituições fundadas no Brasil, sobretudo à partir da segunda metade do século

XIX, para abrigar crianças órfãs, desamparadas pelo efeito de secas, epidemias, ou mesmo da Guerra do Paraguai (1864-1869), ao deixar um número considerável de crianças na orfandade. No caso da Escola Central, havia um dado específico a ela: abrigava exclusivamente crianças negras do sexo masculino, beneficiadas pela Lei do Ventre Livre.

Mas, então, sobre qual modelo pedagógico estamos tratando?

A infância pobre masculina era acolhida em instituições educacionais no Brasil do século XIX, em geral, para receber rudimentos de primeiras letras, acompanhados do propósito principal: habilitá-la em algum ofício: sapateiro, marceneiro, carpinteiro, alfaiate, tipógrafo ou mesmo no trabalho em colônias agrícolas. As instituições criadas tendiam a sobreviver por pouco tempo, em razão da escassez de recursos, os quais dependiam da extração de loterias, concedidas pelo governo provincial, além das doações da elite piedosa. A fonte de renda das loterias era o que havia de mais seguro para essas instituições, embora não houvesse regularidade no repasse. De qualquer modo, era sempre muito incômodo para os presidentes de província ter que utilizar recursos ditos públicos para instituições dessa natureza, embora a instalação de oficinas já fosse uma tentativa de auto-manutenção. O impasse de ordem financeira também se observa no ordenamento da Colônia Cristina, criada em Fortaleza, por volta de 1880, com o propósito de abrigar crianças órfãs negras e brancas, de ambos os sexos: "... em 1882 na movimentação da instituição, no que se refere às despesas e à arrecadação, era visível a antecipação de sinais de sobressaltos financeiros⁷."

Instituições dessa natureza foram criadas no século XIX em Maceió, além da Escola Central: o Colégio de Educandos Artífices, fundado por volta de 1854 e o Liceu de Artes e Ofícios, no ano de 1884. Ambas seguiam o modelo de internato e externato, ofertavam o ensino de primeiras letras e de ofícios, além de sofrerem com a falta de recursos humanos e financeiros. Assim como a Escola Central, tais instituições tiveram curta duração ou pelo menos sofrerem profundas modificações em seu modelo original para não desaparecer.

A Escola Central e o debate nacional sobre a Abolição

Fundada por abolicionistas, a Escola Central representava lugar apropriado para garantir legitimidade na divulgação daqueles ideais em Alagoas. Com tal propósito, nela estiveram vinculados periódicos locais como o *Gutenberg*, *A Gazeta de Notícias*, *O Lincoln* e *A União*, jornal fundado em 1887 pelos alunos da instituição. Esses periódicos se encarregavam de dar visibilidade ao ideário abolicionista na província, liderado pela Sociedade Libertadora Alagoana. Tal intenção propagandística da escola era comum no contexto brasileiro da época, como observa PERES (1995):

Associações particulares, de caráter literário e/ ou político mantiveram suas próprias escolas. Por vezes, serviam de espaços de propaganda política, buscando aliciar os negros em prol da

causa abolicionista e republicana. (Peres, 1995, apud Gonçalves & Silva, p. 136).

No plano nacional havia um intenso e tenso debate, nos anos de 1880, em torno da Abolição da Escravatura. O tema foi lugar de destaque nos escritos de intelectuais do século XIX, entre eles Rui Barbosa, ao tratar da transformação nas relações de trabalho, entendida como fundamental para civilizar e industrializar o Brasil. Maria Cristina Machado (2000:35 - 36) avalia que para o jurista baiano “o trabalho livre desencadearia uma série de mudanças necessárias ao progresso do país, como a viação férrea, colonização, indústria, entre outras”. Do mesmo modo havia o argumento próximo aos escravocratas que anunciava o temor de uma abolição imediata que pudesse levar a uma convulsão social, pois a escravidão era peça fundamental da produção econômica brasileira.

O impasse no debate abolicionista se intensificava entre aqueles que pretendiam modernizar o Brasil, através das relações de trabalho, e os que temiam a desestruturação do sistema econômico, em virtude da perda da propriedade do escravo pelos senhores de terra. O debate nacional circulava na imprensa alagoana através da reprodução de matérias de jornais da capital do Império. O *Orbe*, jornal com circulação em Maceió na data de 19 julho de 1885, reproduzira o discurso de um parlamentar da Assembléia Geral da Corte, na defesa de cuidados com a pressa na emancipação dos escravos para não desordenar o trabalho, “não ferir os direitos dos senhores, e não agravar a situação já bastante crítica das finanças do país⁸.” Em geral, os parlamentares recorriam à história da abolição da escravatura em países europeus a fim de garantir legitimidade em seus discursos no parlamento brasileiro, uma vez que Inglaterra, Espanha, França, se punham historicamente como estruturadores de diretrizes no campo legislativo, sob vigília dos nossos juristas. Para os escravocratas, o apoio de suas teses se concentrava no argumento a respeito do reduzido número de escravos dos países europeus, referente ao período da abolição, se comparado ao Brasil. Segundo o Ministério da Agricultura, o censo de 1885 registrava pouco mais de um milhão e duzentos mil escravos⁹.

Embora a Lei do Ventre Livre tivesse sido promulgada em 1871, seus efeitos até então eram quase nulos do ponto de vista da educação. A criação da Escola Central em Maceió, na data de 1887, era uma resposta tardia para os propósitos da Lei, mas muito conveniente como propaganda da campanha abolicionista local. O historiador alagoano Felix LIMA JUNIOR (1975:09) avalia a situação dos negros:

... que fizeram os governos imperial, provincial e municipal por esses pobres pretos e pardos? Nada, infelizmente não abriram escola e nem oficinas onde eles aprendessem a ler e a trabalhar. E os senhores dos pais deles? Menos ainda. Os genitores desses rapazes, cativos, sem recursos, sem tempo, sem orientação, sem capacidade para ajudar os filhos que desejassem estudar eram forçados a mandá-los “aprender o seu ofício” trabalhando como burro de lavrador pobre, sem remuneração, debaixo de pauladas e

de palmatoadas, nas oficinas de ferreiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate, torneiro, sofrendo o diabo; e a trabalhar como empregado doméstico ou como serventes em armazéns de açúcar, casas comerciais e construções de prédios e em obras públicas. As meninas e mocinhas iam para as cozinhas; ou então “bater roupa” nos fundos dos quintais; (...) outras com gamela ou tabuleiro na cabeça, percorriam as ruas vendendo peixe, sururu, frutas. As mais jeitosas tiravam bilhete grande: iam trabalhar como copeiras; outras aprendiam a costurar e a bordar, servindo diretamente às sinhás-moças, como mucamas. (...) Velhas solteironas ou viúvas sem filhos tomavam, por caridade, “para criar”, um negrinho ou uma pretinha. Esses, em geral, aprendiam a ler, a escrever, a contar, ingressando depois no comércio, como auxiliares nas repartições públicas e na instrução provincial, alcançando, quando tinham boa estrela, folgada situação econômico-financeira e, às vezes, invejável situação social.

A condição de rebaixamento dos escravos e ex-escravos causava vergonha à elite intelectual do Império brasileiro, afinal, desejavam um país nos moldes da Europa Ocidental. O ideário de educação que circundava passava pela importância de se construir uma identidade para a formulação do Estado Nacional. Neste sentido, a noção de nação e civilização era indissociável. Daí a exigência de que o Estado Nacional deveria ser unificado em todas as esferas, incluindo, sobretudo, cultura e educação. Esta última se apresentava como força civilizadora da elite intelectual, com a pretensão de alastrar princípios de liberdade e igualdade nos países colonizados pela referência suprema à cultura européia. Portanto, não se tratava de qualquer liberdade ou igualdade. Este formato já se desenhava na educação catequética jesuítica imposta às crianças negras de famílias escravas nas fazendas e nos engenhos da Companhia de Jesus. O fundamento era civilizar/unificar os processos culturais: linguagem, religião, lazer, costume, trabalho, organização social e familiar¹⁰.

Um país multiétnico como o Brasil se submetia às pretensões dos ideais europeus representados por ilustrados do início do século XIX, como José Bonifácio, que mesmo adepto da libertação dos escravos pregava o fim da heterogeneidade das etnias para constituir a nação brasileira. Assim, compreendia grande parte dos ilustrados formados pela Universidade de Coimbra (1772)¹¹, pelo Seminário de Olinda (1800) ou pelos cursos de Medicina (1809) e jurídicos do país (1827). Desde essa época, se instituiu a defesa pela universalização da escola, portanto, universalização do conceito de civilização, que se manteria, de modo mais intenso, a partir da segunda metade do século XIX. Nestas circunstâncias, a educação do negro foi pensada seguindo o ideário desse grupo ilustrado até o final do século XIX, a exemplo de Rui Barbosa, na defesa de civilizar intelectualmente o negro, a fim de fortalecer a idéia de aniquilamento das diferenças étnicas. O modo violento de tentar homogeneizar os grupos étnicos, via referência do

branco católico europeu, tentou imprimir um equilíbrio entre antagonismos os mais diversos: a cor branca como base étnica, o catolicismo como base religiosa, a família patriarcal como base de poder político privado e a escravidão como base de poder econômico¹². O pensamento laico teve reforço considerável quanto à idéia de homogeneização das raças, através do desenvolvimento da teoria evolucionista, por volta dos anos de 1850, na publicação da obra *Origem das espécies*, de Charles Darwin. Para Santos (2002:51-55):

No século XIX, período em que a idéia de evolução torna-se o paradigma incontestável para toda investigação científica (...) foi com a evolução do darwinismo e sua aplicação no mundo antropológico-social que a questão da raça ganhou um enfoque mais radical. Baseado nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam numa raça pura, mais forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas, inaptos, degenerados seriam eliminados (...) A Europa “civilizada”, branca era tomada como paradigma para a compreensão da cultura do mundo, como se fosse possível fazer um transplante de valores. A biologia será a chave mestra para esta compreensão e fornecerá os elementos pelos quais a idéia de raça se transformará em racismo científico.

As relações assimétricas entre etnia branca católica do Ocidente e a dos povos não-europeus foram estabelecidas no Brasil, de modo que, as referências, por exemplo, aos negros, mantivessem visibilidade apenas em situações marginais de roubos, castigos, mortes, fugas, como ilustra este anúncio do jornal alagoano **Orbe**, em 28 de julho de 1885¹³, no qual revela também outras particularidades dos africanos no Brasil pouco conhecidas: negros instruídos nas letras e conhecedores de um ofício, mas em situação de fuga:

Escravo fugido

Fugiu no dia 27 do passado, o escravo Manuel em companhia de uma cabocla com uma menina, intitula-se casado, tem idade 22 annos, é pardo, estrutura quase regular, sequinho, tem falta de dentes na frente e uma berruga na face direita, sabe ler, escrever e contar e musica, é official de alfaiate, e entende alguma cousa de sapateiro; quem trazer será bem recompensado.

Maceió 1º de julho de 1885

Lauriana Adelina de Moraes Romeiro

A partir da segunda metade do século XIX, eram comuns anúncios de fugas de escravos nos impressos alagoanos, exceto na **Gazeta de Notícias**, com circulação em Maceió, que explicitamente se colocara contrária à publicação de notas relativas à fuga de escravos. No **Diário das Alagoas**, na data de 08 de janeiro de 1861¹⁴, circulou um

anúncio no qual descreve mutilações do corpo escravizado e desqualificativos quanto aos traços da etnia:

Atenção!!!

Fugio da cidade do Penedo ao abaixo assignado em 16 de dezembro do anno próximo passado o escravo Luiz, crioulo, rosto regular, olhos grandes, pouca barba, dentição, cabellos de negros, corpo alto e espigado, cor fula, mãos e pés regulares, representa ter 25 annos de idade, foi pertencente ao Antonio Jose da Silva Travassos, da provincia de Sergipe, levou chapéo de couro, calças de algodão azul com listinha vermelha, e camisa de algodão branco: quem o pegar e conduzir a seo senhor, ou der noticia certa do lugar aonde se ache será bem recompensado.

Penedo 2 de janeiro de 1861.

José Antonio d'Araujo Junior

No âmbito educacional, para Mariléia dos Santos (2001), a nossa história da escolarização tem historicamente silenciado sobre a trajetória dos grupos afro-brasileiros, deixando no esquecimento detalhes dessa trajetória, da escolarização, dos processos educacionais mais amplos sedimentados nos detalhes dos processos de exclusão, da luta para vencer a discriminação, a incorporação à educação dos brancos, a educação nos quilombos, os mecanismos para alcançar a escolarização oficial ou de instituições alternativas. Acrescenta ainda SANTOS, quanto à ausência de estudos sobre “a origem da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil, as vivências nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros; são temas que além de terem sido desconsiderados nos relatos da história oficial da educação estão sujeitos ao desaparecimento”¹⁵.

Este estudo sobre a história da Escola Central, ainda que breve, é uma tentativa de dar visibilidade à educação do negro no século XIX em Alagoas que, embora tenha sido esquecida pelo poder público, os poucos rastros deixados pela iniciativa particular merecem atenção.

A Escola Central e seus desdobramentos

Como antecipamos, a instituição acolhia crianças negras do sexo masculino, sendo composta de um pequeno número de alunos na condição de internos e a maioria de externos. O **Relatório do Presidente da Província de Alagoas**, de 1888 apresentava 216 alunos matriculados¹⁶. As crianças não-internas eram desobrigadas a freqüentar todas as aulas ali ministradas. É possível que a pouca presença de alunos internos fosse resultado do custo elevado para mantê-los.

A Sociedade Libertadora Alagoana, responsável pela direção da escola, havia planejado fundar colônias agrícolas para abrigar os meninos negros que alcançassem a

idade adulta, como informa Leite e Oiticica, ao se referir à entidade abolicionista, nesta passagem: “sei que ella pretende, há muito, fundar uma colônia agrícola, onde instalem os ex-ingenuos que chegarem a idade que exige a sahida da Escola Central; não o fez ainda por falta de recursos...”¹⁷. Após um ano de funcionamento, a diretoria pedia recursos ao poder público para manter o estabelecimento e fundar as colônias agrícolas. Assim, o relatório mencionava que haviam sido cedidas terras do engenho Santa Luzia para tal propósito, ato que parece não ter tido significado algum para a execução das obras. Na referida correspondência, Leite e Oiticica pedia doações na capital do Império, com o propósito de concretizar aqueles planos¹⁸. A intenção era estruturar um modelo semelhante à Colônia Isabel, criada em Pernambuco na data de 1874, numa região próxima a Alagoas, atendendo crianças negras e brancas¹⁹. Aquela instituição também serviu de modelo para a criação da Colônia Cristina em Fortaleza, no ano de 1880. A Escola Central de Alagoas divergia de ambas por ter sido criada fora do âmbito oficial e por atender apenas a crianças negras do sexo masculino.

No referido relatório do governo provincial de 1888, observa-se que os alunos freqüentavam aulas de primeiras letras, música, desenho aplicado às artes e ensino de ofícios, dado nas oficinas de sapataria, tipografia, tornearia, alfaiataria, marcenaria, além dos ofícios de tamanqueiro e bauleiro (fabricante de baú). Em 1890, além das aulas de primeiras letras, a instituição ensinava noções de física, química, astronomia e ciências naturais²⁰, as quais, supostamente, seriam exclusivas apenas dos colégios de rapazes ricos, ainda que o propósito das escolas para meninos pobres fosse instruí-los em ensinamentos práticos. No ano de 1888, a Escola Central apresentava 81 alunos no ensino primário, 22 no ensino de música e 44 em desenho aplicado às artes. Nas oficinas, havia 28 alunos em marcenaria; alfaiataria e sapataria, ambas com 26; tornearia e tipografia, ambas com sete alunos e nos ofícios de bauleiro três e para tamanqueiro dois aprendizes. Das sete oficinas restavam em 1890 apenas a de marcenaria, sapataria e tipografia, onde se confeccionava o jornal *Lincoln, a União*²¹, além de folhetos. A redução da oferta no ensino de ofícios aos alunos também era observada na Colônia Cristina, na qual se atestava o fracasso do ensino profissional²².

Embora a importância do ensino de ofícios fosse sendo reduzida, a instituição contava com a renda relativa à venda dos produtos fabricados pelos próprios alunos nas oficinas. No entanto, a renda não equivalia ao produzido. Isto se explica pelo fato de que na oficina de marcenaria, por exemplo, produzia-se móveis, ao que parece, gratuitamente, como informa a correspondência de Leite e Oiticica: “As mobílias para as escolas publicas do Estado estão ultimamente sendo feitas nas oficinas da Escola, onde os alunos trabalham com perfeição no fabrico de malas, batus, perfeitamente semelhante ás malas inglezas”²³. A obrigação de fabricar gratuitamente objetos de uso para as escolas públicas era também observada em outras instituições do gênero localizadas em Maceió, como o Colégio de Educandos Artífices, o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Aprendizes Artífices, criada por volta de 1910.

No referido relatório de 1888, o governo provincial apresentava a receita da escola: benefícios de loterias, vendas de artefatos das oficinas e doações de 200 mil réis da princesa Imperial. As despesas foram também apresentadas, as quais iam desde a montagem das oficinas, aluguel do prédio, aquisição de livros de instrução e móveis, matéria-prima, roupas, calçados, alimentação de 33 educandos e 3 empregados, instrumentos de música, bem como o pagamento de 47 empregados, inclusive de 15 profissionais. A renda das loterias concedidas à escola era mencionada nesta passagem do *Gutenberg*:

Escola Central

Estamos autorizados a declarar que o digno Governador deste Estado obstou a continuação das loterias em benefício da Escola Central por não poder o thesoureiro das loterias dar á este pio estabelecimento beneficio maior do que tem dado; e isso fez o venerando Governador ouvindo e de perfeito accordo com a sociedade Libertadora a cuja direcção está a escola²⁴.

Em outra nota observa-se a desconfiança da imprensa quanto à destinação desses recursos:

Escola Central

A manifesta má vontade que vota o collega do Diario das Alagoas ao digno director deste estabelecimento, o tem elevado a apreciações injustas e inveridicas. E' assim que interpretou erradamente uma nota local de 3ª feira e ainda hontem dá uma noticia inexata.

O que ha de certo sobre as loterias da Escola é o seguinte:

Continua no mesmo pé o seu contracto com o thesoureiro das mesmas, sem tal alteração alguma, percebendo a Escola, em cada extracção beneficio liquido de um conto reis.

E as contas da receita e despeza da Escola têm sido prestadas em dias certos, no praso determinado pela lei, segundo somos informados por competentes²⁵.

A Escola Central era noticiada com freqüência em períodos festivos, como o de seu aniversário. Na comemoração do 3º ano, havia uma dada visibilidade na figura do diretor, o professor Francisco Domingues da Silva que, segundo Leite e Oiticica, destinava parte de suas posses à escola: “o senhor Fco Domingues da Silva, que se tem sacrificado em sua fortuna particular por esses desprotegidos da sorte”²⁶. Nessa comemoração foi inaugurada a banda de música dos alunos. Este aspecto formativo foi também encontrado na Colônia Cristina, “uma vez que um dos destaques na aprendizagem dos alunos se devia a existência de uma banda de música na qual se dedicavam 20 órfãos”²⁷. Tal aspecto

também se observa no Colégio de Educandos Artífices de Maceió, sobre o qual já nos referimos, quando a banda de música era convocada para essas datas ou quando se pretendia recepcionar figuras ilustres na província. Foi o caso, por exemplo, da chegada do Imperador D. Pedro II a Alagoas, por volta de 1859, para a qual a banda de música daquela instituição, formada pelos alunos, deveria recepcioná-lo²⁸. Na Escola Central a banda era convocada a participar desses momentos festivos tendo como mestre o professor Benedicto Raymundo da Silva. Assim noticia o *Gutenberg*

O público não soube ser indiferente à festa dos ingênuos que foi a comemoração sacrossanta das actividades aproveitadas há 3 annos em prol de bem da mocidade, que outrora dormia o somno da tibieza no leite do ócio.²⁹

Ainda em relação à data de comemoração do 3º aniversário, havia a exposição da produção das oficinas: “Hontém esteve em exposição durante a noute o estabelecimento e diversos artefactos. Foi muito visitado”³⁰. Ou, nas páginas de anúncio do periódico: “Sapatos de Marroquim. Grande sortimento á venda na Escola Central”³¹.

O jornal o *Gutenberg* deu largo espaço em suas páginas para notificar as providências relativas aos festejos comemorativos do aniversário da instituição, que talvez tenha sido o mais pomposo, pelo menos é o que consta na extensa matéria do dia 19 de abril de 1890, tendo novamente a banda de música como principal trunfo da instituição, para acompanhar o trajeto planejado:

Domingo, ás 10 horas da manhã irão os alunos da Escola Central – á missa conventual – tendo á sua frente sua banda de muzica que pela primeira vez encorporada sahirá nesta cidade. Na matriz tocará algumas peças entre ellas a walsa Lordsleen – composição do habil professor Benedicto Raymundo da Silva, mestre da mesma banda. A’ tarde do mesmo dia – encorporando-se a Escola Central ás philarmonicas e outras sociedades que dignarem de comparecer a convite, se dirigirá á Matriz desta capital, onde terá lugar a benção do estandarte da Escola, servindo de paranympchos os cidadãos: Governador Pedro Paulino da Fonseca, Coronel Franklin de Barros, Ricardo Brennand Monteiro, Manoel Maria de Moraes, Napoleão Goulart, Firmino d’ Aquino Vasconcellos, Dr. Joaquim José de Araujo, Pedro Wandeval, Antonio Alves, Joaquim Antonio de A. Crispim, Francisco Ribeiro Lins e J. Domingues Lordsleen. Depois desse acto sahirá a Escola com sua banda de musica dirigindo o prestito, e no jardim do palacete, para satisfazer a curiosidade publica, cada philarmonica tocará uma peça, inclusive a philarmonica da Escola, findo o que todo o prestito seguirá até o

palacio do Governador Coronel Pedro Paulino da Fonseca em comprimento á primeira autoridade do Estado. Em seguida percorrerá as primeiras ruas da cidade recolhendo-se depois a sede Escola.

Em outra data festiva, o 13 de maio, novamente o *Gutenberg* destacaria em suas páginas a convocação dos alunos da Escola Central para cantar o hino abolicionista, com versos “inspirados na lucta terrivel da abolição e pertencentes a diversas sociedades abolicionistas desta capital”:

Poucas notícias tivemos acerca dos alunos da instituição, exceto neste breve registro: “O menor Joaquim Casemiro, da Escola Central, recitou uma bonita poesia”.³³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza não-oficial e o abrigo exclusivo de crianças negras do sexo masculino já antecipavam as peculiaridades da Escola Central em relação às demais instituições educacionais fundadas no Brasil na segunda metade do século XIX com o propósito de acolher crianças pobres. Engajados nos ideais abolicionistas, seus gestores tornaram a instituição um lugar de propaganda para a libertação dos escravos em Alagoas. Não por acaso ela fora criada apenas em 1887, e não no início dos anos de 1870, uma vez que os propósitos anunciados, como vimos, pretendiam atender à exigência da Lei do Ventre Livre. Divulgar a instituição na imprensa era um modo de dar visibilidade à Sociedade Libertadora Alagoana e, conseqüentemente, à causa abolicionista.

A extinção da Escola Central em 1893 fez abortar os propósitos de desdobrá-la em outras unidades. Além desse aspecto, ele seguiu a curta trajetória de outras instituições educacionais de natureza assistencial. Assim ocorrera com o Colégio de Educandos Artífices, primeira experiência de ensino de ofícios em Maceió, extinto em 1861, além do Liceu de Artes e Ofícios, criado em 1884, que permaneceu em torno de seis anos fechado para reabrir em 1892.

São ainda, por nós, desconhecidos os motivos pelos quais a instituição não sobreviveu para além de 1893. Uma possibilidade estaria relacionada ao desinteresse da Sociedade Libertadora Alagoana em continuar administrando a instituição após o êxito na luta pela libertação dos escravos. Outra possibilidade seria o pouco interesse do governo do estado em provê-la com a renda das loterias, tendo em vista divergências político-partidárias com aquela entidade abolicionista. Esta segunda hipótese se sustenta pela antecipação desse propósito nos relatórios oficiais, no sentido de fundir a instituição com outras já existentes, a exemplo do Liceu de Artes e Ofícios, e assim instituir uma “escola prática de artes, ofícios e lições agrícolas”. No entanto, para nós, continuará a dúvida acerca dos motivos da extinção e sobre qual o destino dado àquelas crianças.

Notas

* Aluna do 2º ano do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFAL.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL e bolsista - pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas –FAPEAL

¹ De acordo com Felix Lima Júnior (1975:09), a Sociedade Libertadora Alagoana, fundada em 1881 para divulgar os ideais abolicionistas, não teria sido a primeira entidade de Alagoas com aquele propósito. Na cidade de Penedo, em 1869, já havia sido criada a Sociedade Humanitária Emancipadora.

² Este estudo conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e encontra-se vinculada ao Grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Integram também o grupo de pesquisa, desde julho de 2004, seis alunas do 2º Ano do Curso de Pedagogia da UFAL: Eliane Marques da Silva, Ednalda Zú, Louryneyde Gonçalves Ferreira, Maria Cecília Lemos, Renata da Conceição Silva e Mônica Luise Santos, co-autora deste texto, o qual é resultado de suas primeiras elaborações referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso.

³ Nos anos de 1890, época em que escrevera a correspondência, Leite e Oiticica se encontrava como Senador da República, por Alagoas, no Rio de Janeiro.

* Aluna do 2º ano do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFAL.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL e bolsista - pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas –FAPEAL

¹ De acordo com Felix Lima Júnior (1975:09), a Sociedade Libertadora Alagoana, fundada em 1881 para divulgar os ideais abolicionistas, não teria sido a primeira entidade de Alagoas com aquele propósito. Na cidade de Penedo, em 1869, já havia sido criada a Sociedade Humanitária Emancipadora.

² Este estudo conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e encontra-se vinculada ao Grupo de pesquisa “Caminhos da Educação em Alagoas”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Integram também o grupo de pesquisa, desde julho de 2004, seis alunas do 2º Ano do Curso de Pedagogia da UFAL: Eliane Marques da Silva, Ednalda Zú, Louryneyde Gonçalves Ferreira, Maria Cecília Lemos, Renata da Conceição Silva e Mônica Luise Santos, co-autora deste texto, o qual é resultado de suas primeiras elaborações referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso.

³ Nos anos de 1890, época em que escrevera a correspondência, Leite e Oiticica se encontrava como Senador da República, por Alagoas, no Rio de Janeiro.

⁷ Cf. Madeira (2003:04).

⁸ Cf. O periódico **Orbe**, Maceió, 19 de julho de 1885, p. 1-3, n. 83, ano VII. Na referida matéria, o deputado Bernardo Mendonça Sobrinho, na sessão de 29 de junho na Assembléia Geral, discutia o projeto de autoria do deputado Saraiva propondo o fim da escravidão. Matéria reproduzida do jornal **Gazeta de Notícias** do Rio de Janeiro.

⁹ Cf. **Orbe**, idem.

¹⁰ Ferreira; Bittar (1999).

¹¹ Em 1772, a Universidade de Coimbra passou por uma reestruturação nos seus princípios pedagógicos afetada pelo “iluminismo reformista português”, de Marquês de Pombal.

¹² Cf. Santos (2001:02)

¹³ Cf. **Orbe**, de 28 de julho de 1885, p. 3, ano VII.

¹⁴ Cf. **Diário das Alagoas**, de 08 de janeiro de 1861, n. 06, ano IV.

¹⁵ Santos (2001:2)

¹⁶ Cf. **Relatório do Presidente da Província de Alagoas** de 1888. O número de alunos matriculados não corresponde à soma de externos (186) mais internos (33). Somados seriam 219 alunos e não 216 como apresenta o relatório.

¹⁷ Cf. O jornal o **Gutenberg**, em 08 de junho de 1890, n.122, p.1.

¹⁸ Cf. Jornal **Gutenberg**, Maceió, 08 de junho de 1890, n.122, p.1.

- 19 Cf. Arantes e Galvão (2005).
- 20 Cf. **Gutenberg**, 08 de junho de 1890, n.122, p.1.
- 21 Os números correspondentes aos exemplares dos anos de 1887-1888 do periódico **A União**, confeccionado pelos alunos da Escola Central, encontram-se micro-filmados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- 22 Madeira (2003).
- 23 Cf. **Gutenberg**, 08 de junho de 1890.
- 24 Cf. **Gutenberg**, 15 de abril 1890, n. 79, p.1
- 25 Cf. **Gutenberg**, 19 de abril de 1890, n. 83, p.1.
- 26 Cf. **Gutenberg**, 08 de junho de 1890, n.122, p. 1.
- 27 Madeira (2003).
- 28 Cf. **Diário das Alagoas**, 03 de dezembro de 1859, n.277, p.1.
- 29 Cf. **Gutenberg**, 08 de junho de 1890, n. 122, p. 1.
- 30 Cf. **Gutenberg**, 23 de abril de 1890, n. 85, p.1, ano IX.
- 31 Cf. **Gutenberg** 21 de Maio de 1890, n. 107.
- 32 Cf. **Gutenberg**, 13 de maio de 1890, n. 102, p. 1, ano IX.
- 33 Cf. **Gutenberg**, 23 de abril de 1890, n. 85, p.1, ano IX.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Adlene Silva; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Colônia Isabel: uma possibilidade de educação e instrução para meninos negros no século XIX em Pernambuco**. *Anais do XVII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte-Nordeste*. Belém: UFPA, 2005.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. "Negrinhos que por ahi andão". **Crianças negras na escola no final do século XIX na cidade de São Paulo**. *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*. Natal: UFRN, 2002.
- DIEGUES JUNIOR. Manuel Francisco Domingues da Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas de 1947**. Maceió: Imprensa Oficial, vol. XXV, 1949, p. 52-55.
- FERREIRA, Amarílio Júnior; BITTAR, Marisa. **Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 80, n. 196, set./dez. 1999, p. 472-482.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação**. *Revista Brasileira de Educação*. n. 15, set./out./nov./dez. 2000, p. 134-156.
- LIMA JUNIOR, Félix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: DAC, 1975.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.
- MADEIRA, Maria das Graças de Lóiola. **A educação pela caridade no Império em Fortaleza – o abrigo de crianças na Colônia Cristina**. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História – história, acontecimento e narrativa*. Universidade Federal da Paraíba - (Campus I - João Pessoa), 2003.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro - um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; 2002.

SANTOS, Mariléia dos. "A história da educação: uma abordagem sobre a escolarização de afro-brasileiros". **Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, 2001.

Fontes impressas alagoanas

ALAGOAS. *Relatório do Presidente da Província para o ano de 1888*. Maceió: Typ. do Cônego Antônio José da Costa, 1888.

Diário das Alagoas, 03 de dezembro de 1859, n.277.

Diário das Alagoas, 08 de dezembro de 1861, n.06, ano IV.

Orbe, 19 de julho de 1885, n. 83, ano VII.

Orbe, 28 de julho de 1885, ano VII.

Gutenberg, 15 de abril de 1890, n. 79, ano IX.

Gutenberg, 23 de abril de 1890 n. 85.

Gutenberg, 13 de Maio de 1890 n. 102.

Gutenberg, 21 de Maio de 1890 n. 107.

Gutenberg, 08 de junho de 1890, n. 122.